

## POLÍTICA POMBALINA E REFORMAS URBANAS EM PORTO SEGURO (SÉCULO XVIII)\*

Marcelo Henrique Dias\*\*  
Ingrid de Araújo Gomes\*\*\*



**Resumo:** este artigo analisa a configuração morfológica da vila colonial de Porto Seguro como expressão do projeto de urbanização colocado em curso pelos primeiros ouvidores que geriram a comarca, com destaque para José Xavier Machado Monteiro. Em 1763, com a criação da ouvidoria de Porto Seguro, teve início um projeto político de Estado que implicava na formação de núcleos urbanos planejados e na remodelação dos já existentes. Projetava-se, com isso, impulsionar o estabelecimento de novos valores culturais para as comunidades indígenas, população ainda predominante naquela antiga capitania. A vila sede, por sua vez, foi reconfigurada na sua tessitura urbana, assim como na arquitetura de seus edifícios institucionais e residenciais, seguindo modelos que traduzem elementos característicos do urbanismo de matriz portuguesa, ainda presentes no centro histórico da cidade alta.

**Palavras-chave:** Morfologia urbana. Urbanismo colonial. Porto Seguro. História urbana. Política pombalina

POMBALINE POLITICS AND URBAN REFORMS IN PORTO SEGURO  
(18<sup>TH</sup> CENTURY)

**Abstract:** this article analyzes the morphological configuration of the colonial village of Porto Seguro as an expression of the urbanization project put in place by the first ombudsmen who managed the region, with emphasis on José Xavier Machado Monteiro. In 1763, with the creation of the Porto Seguro ombudsman, a State political project began, which involved the formation of planned urban centers and the remodeling of existing ones. With that, it was projected to boost the establishment of new cultural values for the

\* Recebido em: 02.05.2021. Aprovado em: 30.06.2021.

\*\* Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. *E-mail:* marcelohd2222@gmail.com.

\*\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. *E-mail:* ingrid-mp@outlook.com.



indigenous communities, population still predominant in that old captaincy. The host village, in turn, was reconfigured in its urban layout, as well as in the architecture of its institutional and residential buildings, following models that translate characteristic elements of Portuguese urbanism, still present in the historic center of the upper city.

**Keywords:** Urban morphology. Colonial urbanism. Porto Seguro. Urban history. Pombaline politics

Construída e consolidada pela historiografia conservadora e pela memorialística nacional, a história de Porto Seguro tem sido reduzida ao ápice do momento de “descoberta”, local, onde acontecera a Primeira Missa, que culminou no processo de catequização dos povos indígenas. Folcloriza-se, dessa maneira, aquele episódio, fetichizado como atrativo turístico. Entretanto, muito pouco ainda é sabido e investigado sobre a história colonial da capitania de Porto Seguro. Mais recentemente, novas pesquisas têm contribuído para uma renovação dos temas, da heurística das fontes e dos direcionamentos teóricos sobre a velha capitania, como os estudos de Cancela (2012) e Santos e Silva (2016). Seguindo esse movimento de renovação historiográfica, o presente trabalho busca analisar o processo de ordenamento e organização territorial do núcleo urbano de Porto Seguro, em meados do século XVIII, considerando os “códigos genéticos” de matriz lusa que determinaram formas ainda hoje presentes na sua malha urbana.

As cidades coloniais da América portuguesa carregam características particulares em suas formações urbanas que são similares aos métodos empregados na Lisboa manuelina do século XVI, como os elementos geradores do traçado urbano, geometrias e métricas proporcionais na construção de casas e abertura de ruas, a consolidação de uma arquitetura de programa, além da relação do traçado com as condições físicas do território. Tais orientações definiriam os elementos mais marcantes no desenvolvimento das cidades que ficariam marcadas pela dualidade entre o urbanismo vernáculo e o erudito (CARITA, CARITA, 2000; TEIXEIRA, 2012; SANTOS, 2008).

Nesse trabalho, examinamos uma fase posterior do desenvolvimento urbano, especificamente o período reformista do século XVIII, no qual houve um planejamento territorial baseado na regularidade e na ordenação geométrica, que tinha como objetivo aumentar estrategicamente o controle da coroa portuguesa sob o território e a sociedade. A figura do Marques de Pombal foi fulcral neste processo, estabelecendo um programa reformista com ênfase na racionalidade urbana e na dimensão sócio-cultural de caráter civilizador/europeizador das populações indígenas, permitindo, dessa forma, que um novo passo fosse dado para a concretização do empreendimento colonial.

Na tentativa de compreender estes princípios táticos e ordenadores do plano urbanístico de Pombal, que orientaram os ouvidores de Porto Seguro na implementação da política de civilização a partir do reordenamento urbano - principalmente o segundo ouvidor, José Xavier Machado Monteiro -, nos debruçamos sob a bibliografia que discute as reformas pombalinas em Porto Seguro. O trabalho de Cancela (2012) nos trouxe um panorama dos direcionamentos coloniais implementados na região, com ênfase nas políticas indígenas e indigenistas empregadas no período reformista. Já os livros de Reis Filho (1968) e Delson (1979) analisam aquele contexto pelo viés do planejamento urbano enquanto política de colonização, sendo que a última autora empreende uma análise mais pormenorizada sobre a implantação daquela política na comarca de Porto Seguro.

Utilizamos como fontes documentais manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino que revelam as práticas urbanísticas do ouvidor Machado Monteiro e a iconografia presente no acervo do IPHAN e no catálogo do IPAC/BA de 1988<sup>1</sup>. Essa documentação possibilitou a identificação da

1 *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Monumentos e sítios do litoral sul, vol. 5. Salvador:



progressão da abertura das ruas e a sua toponímia, passo importante para compreender a funcionalidade da cidade a partir de sua organização e dos ideais políticos a ela associados. Também revela os aspectos físicos, os estéticos e as transformações no tempo dos edifícios erguidos ou remodelados naquele contexto.

É, portanto no quadro teórico das importantes reformas que ditaram novos rumos no urbanismo colonial que analisamos a implantação de um projeto urbano idealizado e realizado na vila de Porto Seguro, o qual ainda se expressa na tessitura urbana e na arquitetura da “cidade-alta”.

## PORTO SEGURO: CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DO PERÍODO COLONIAL

O território porto-segurense viveu períodos de inconstâncias econômicas e políticas desde a sua fundação, no século XVI, até meados do século XVIII. Em traços gerais, as práticas comerciais que tiveram maior destaque nesses quase dois séculos giraram em torno inicialmente da exploração do pau-brasil, que foi a atividade econômica mais permanente e lucrativa da região ao longo de sua experiência colonial, seguida pela frustrada tentativa de fazer da antiga capitania um centro de produção de açúcar.<sup>2</sup> Nesse período, também a atividade sertanista se consolidou enquanto uma prática econômica relativamente permanente, gerando, porém, uma série de conflitos entre colonos e indígenas. Por essa razão, foi posteriormente desarticulada e enfraquecida pelo governo metropolitano, a partir da criação de uma legislação que pressupunha garantir maior fiscalização das áreas exploradas, restringindo a circulação em determinadas regiões e proibindo a abertura de estradas e novas rotas de circulação (CANCELA, 2012, p. 55, 56).

A instabilidade econômica causada em grande medida pelos limitados objetivos dos governos particulares da Casa dos Duques de Aveiro prejudicou a posição da região no conjunto da economia colonial. No território porto-segurense, que abrangia uma área correspondente hoje ao atual extremo sul da Bahia, norte do Espírito Santo e oeste de Minas Gerais, figurava, até a segunda metade do século XVIII, somente pequenos núcleos de população colonial. Tal disposição indicava o resultado de uma sociedade em formação a partir de um complexo e contraditório empreendimento colonial, marcado por disputas e conflitos sociais em suas mais diversas camadas, sem que houvesse estratégias de longo prazo de consolidação colonialista.

Esse cenário começa a se modificar no contexto reformista do século XVIII, o qual trazia dentro dos seus propósitos o desenvolvimento da frágil economia da antiga capitania, sendo de fundamental importância o estabelecimento de uma lógica de produção voltada para o mercado interno. Dessa forma, buscou-se transformar a região em um polo produtor de gêneros alimentícios a fim de inseri-la na rota comercial de abastecimento com destino a Salvador e Rio de Janeiro, além de fomentar a exportação do pau-brasil para a Metrópole (Cancela, 2012, p. 117, 118). Em consonância ao plano de desenvolvimento econômico, havia a preocupação em aumentar a dimensão demográfica da capitania que, como supracitado, se desenvolvia de forma desproporcional à sua extensão territorial.

Diante desse cenário, a coroa portuguesa instaurou um programa de criação de novas vilas ao lado de um plano urbanizador, assentado na política reformista pombalina de civilização que visava

---

Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1988; Projeto Resgate (Biblioteca Nacional) – Bahia Avulsos (1604-1828); Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807. ); [acervodigital.iphan.gov.br](http://acervodigital.iphan.gov.br).

2 A produção do pau-brasil ficava restrita a uma pequena elite diretamente envolvida na rede comercial e fiscalista que direcionava para a metrópole a maior fatia das rendas obtidas, como remuneração dos contratadores. Participação importante nesse negócio, no plano local, coube aos jesuítas, com a intermediação da mão de obra indígena. A maior parte da população da capitania, no entanto, vivia de atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno, como a produção de alimentos e a pesca e salga da garoupa e do mero, espécies marítimas abundantes na região. Sobre esses temas, ver Cancela, Silva e Santos (2016, cap. 4) e Vilhena (1969, Carta 15<sup>a</sup>).



transformar e “europeizar” o território e os corpos que nele se encontravam, abrindo, dessa forma, um novo capítulo na história da antiga capitania de Porto Seguro.

## INÍCIO DA POLÍTICA REFORMISTA

Em 1758, Porto Seguro deixou de ser donataria e se transformou em comarca, anexada à capitania da Bahia. A reorganização política modificou as estruturas administrativas coloniais, garantindo maior poder da Metrópole nas antigas donatarias privadas. Para tanto, a reforma reorganizou os mecanismos de captação de tributos, fortaleceu os instrumentos de controle político da população e fomentou a ocupação territorial e a produção econômica nas capitanias incorporadas ao patrimônio da Coroa. Uma das ações mais efetivas para a antiga capitania de Porto Seguro foi a criação da ouvidoria, em 02 de abril de 1763, esfera administrativa cuja principal tarefa era garantir a efetiva conexão política da comarca à Coroa. Caberia aos ouvidores, homens “ilustrados” e ajustados ao ideal reformista pombalino, pensar a região de forma específica, colocando o desenvolvimento econômico e administrativo em primeiro plano.

É nesse contexto que se elabora a “Instrução para o ministro que vai criar a Nova Ouvidoria”<sup>3</sup>, assinada por Sebastião José Carvalho e Melo, em 30 de abril de 1763. Contém a Instrução 18 parágrafos com recomendações ao ministro e primeiro ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, trazendo como preâmbulo um panorama da realidade colonial de Porto Seguro. Nos dois primeiros parágrafos, são feitas orientações ao ministro para inserir os povos “bárbaros” daquela região na “cristandade”, garantindo uma melhor sociabilidade, civilidade e utilidade de tais povos, vislumbrando, assim, a consolidação de uma nova estratégia de colonização da região, como é possível observar nos fragmentos dos parágrafos a seguir:

§1 – (...) a Capitania de Porto Seguro que há poucos anos incorporou na sua Real Coroa e antes na maior parte se achava tiranizada pela arrogância e cúbica dos chamados jesuítas: e querendo o mesmo senhor em benefício comum da propagação do Evangelho, dos habitantes da mesma Capitania até agora bárbaros; dos seus vassallos daquele continente e do comércio que os outros dos seus Reinos fazem nos seus Domínios do Brasil reduzir aquela importante parte do seu continente a um País civilizado, do qual, assim os seus ditos habitantes como os outros Povos daquela vasta costa possam utilizar-se (...)

§2 - Sendo uma máxima certa e inalterável que sem homens sociáveis e civis não pode haver estabelecimento, que útil seja; e sendo também certo que todos os que vivem naquela vasta extensão de País, se acham no estado de Feras, sem conhecerem o Catolicismo nem causa seja a Sociedade Humana e sem saberem que causa seja Caridade, virtude tão importante para a convivência dos Homens; e ultimamente sem a mais leve ideia do que seja justiça; fatos todos notórios a Sua Majestade: E querendo o mesmo Senhor evitar estes danos e fazer educar aquela rústica gente assim na cristandade como na sociedade e civilidade (...)

No decorrer de todo o documento, nota-se que há de fato uma tentativa da Coroa portuguesa de fortalecer o papel da antiga capitania enquanto centro comercial para o abastecimento interno de alimentos e a exploração das suas matas ricas em pau-brasil, principal atividade a lhe conectar com o além-mar.

3 INSTRUÇÃO para o ministro que vai criar a Nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro. Palácio d’Ajuda, 30 de abril de 1763. AHU\_ACL\_CU\_ORDENS E AVISOS PARA A BAHIA, Cod. 603, p. 198, 204. CANCELA, Francisco. *Recepção e tradução dos índios na antiga capitania de Porto Seguro: uma análise das instruções para o governo dos índios*. Revista de História Social da UNICAMP, n. 25, 2013.



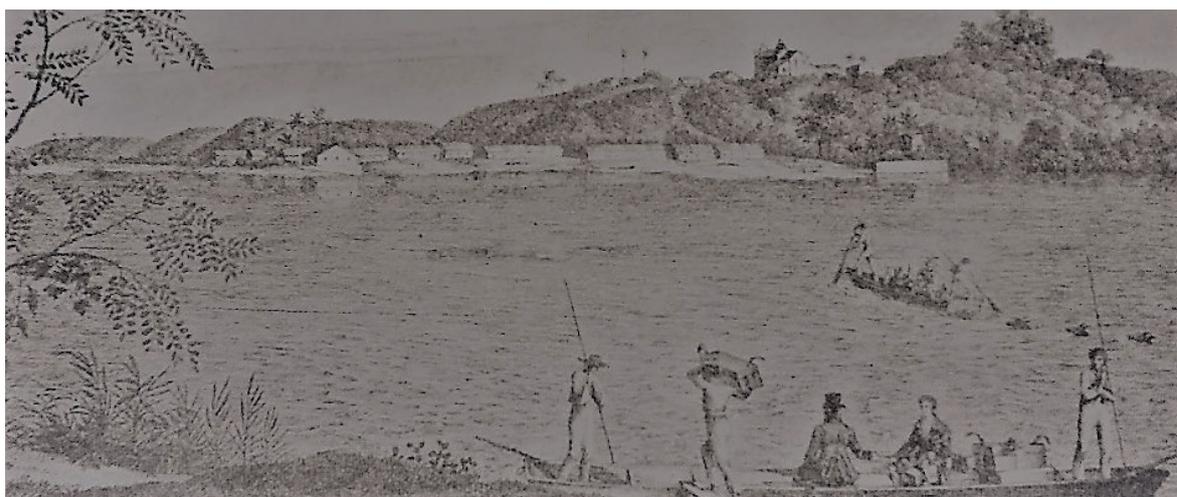
A Coroa ordenou aos ouvidores régios que criassem novas povoações e modificassem rigorosamente os traçados urbanos e arquitetônicos das antigas, com base nas regras de alinhamento previstas por Pombal (SCHURMANN, 1999, p. 152 e 168; DELSON, 1979, p. 49 e 65). No período de 1764 a 1772, seis novas vilas foram fundadas: Prado, São Mateus, Belmonte, Viçosa, Porto Alegre e Alcobaça. Essa tarefa ficou por incumbência inicialmente do ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, assumindo o lugar de segundo ouvidor, José Xavier Machado Monteiro, cuja principal tarefa passou a ser a ordenação e a urbanização das novas povoações e da vila sede.

Contudo, de acordo com as evidências documentais depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino, no período compreendido entre 1770 e 1777, em que o ouvidor relata ao rei os acontecimentos e progressos de seu trabalho na comarca, nota-se que houve nítida dificuldade financeira e institucional para investir de forma significativa na urbanização de todas as vilas. Se avançou expressivamente apenas no desenvolvimento da vila sede, que ganhou uma atenção maior e se tornaria um modelo urbano para as demais.

### CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DA VILA DE PORTO SEGURO: DA FUNDAÇÃO AO SÉCULO XVIII

A formação morfológica da vila de Porto Seguro se caracteriza particularmente na ordenação urbana de matriz portuguesa. A escolha da localização e adaptação do sítio, o traçado das ruas, a localização dos edifícios principais e das praças são atributos estabelecidos naquele modelo de conceber e construir cidades. A escolha do sítio, por exemplo, se baseava na função que o núcleo urbano exerceria – comercial, portuária, administrativa etc. –, adaptadas às condições topográficas e ambientais, como a hidrografia, o regime dos ventos, a umidade e a temperatura (TEIXEIRA, 2009, p. 02).

De acordo com esses preceitos, os núcleos urbanos iniciais se localizavam ou em planícies acima do nível do mar, ou em colinas dominantes no território, como é o caso da vila de Porto Seguro. Geralmente se estruturavam em dois níveis: um na parte mais alta, onde se localizavam as principais funções religiosas e administrativas da cidade, e outro na parte mais baixa, que abrigava as estruturas comerciais e portuárias. Podemos visualizar essa composição na Figura 1, que demonstra a aparência da vila de Porto Seguro no final do século XVIII e início do XIX:



**Figura 1:** Vista da vila de Porto Seguro, no rio Buranhém  
Fonte: Wied Maximilian (1989, p. 217).

Nota-se, na parte elevada do morro, a Casa de São Salvador, antigo convento dos jesuítas, localizada na entrada da cidade alta. Ao longo do sítio, há outros edifícios de natureza administrativa e religiosa.

Já na parte baixa, observa-se um conjunto de construções que podem ser tanto de natureza comercial e portuária, quanto de moradia da população. Na ilustração se vê ainda duas ladeiras de ligação entre os dois núcleos, provavelmente os primeiros caminhos. Essa estrutura evidencia de forma explícita as relações de poder e a ordem hierárquica que se impunham à sociedade, onde as principais instituições representativas do Estado e da Igreja se localizavam na parte superior, demonstrando domínio e autoridade.

Porto Seguro traz, portanto, em sua genética, a lógica urbanística portuguesa com os elementos geradores dos traçados, hierarquias, estruturas e planejamento na construção da cidade, os quais são pensados historicamente de acordo com a escolha do sítio e as necessidades e características do desígnio colonial. Tais fatores trazem como consequência a organicidade dos traçados urbanos, pois tendiam a se adaptar à topografia, à hidrografia e ao ambiente físico em que se implantavam, podendo tornar-se maleáveis e adaptáveis às diferentes circunstâncias que tivessem que responder ao passar do tempo (TEIXEIRA, 2012, p. 12 e 14).

Esses atributos marcaram as cidades de origem portuguesa na dualidade entre o urbanismo vernáculo e o urbanismo erudito. O primeiro traduz verdadeiramente a identidade de uma zona geográfica, em que os traçados se relacionam intimamente com as características do território, correspondendo geralmente às primeiras fases de implantação urbana; já o segundo, se caracteriza por ter um plano geométrizado que é imposto ao território de forma planejada, o qual foi implantado em fases posteriores de desenvolvimento urbano (TEIXEIRA, 2012, p. 12, 13).

Esses dois elementos sintetizam as transformações estabelecidas a partir do processo de colonização, onde os valores culturais e as tradições de um povo se manifestam também na forma que organizam seu espaço de convivência. A partir do momento em que há a fixação portuguesa e a política colonialista se consolida, os valores e a formação das cidades se modificam, e o que era espontâneo e orgânico se torna geométrico e regular, como expressão das ações regulatórias inspiradas em padrões e modelos construtivos desenvolvidos ao longo da experiência colonial portuguesa (TEIXEIRA, 2012, p. 12, 13).

Estudos arqueológicos<sup>4</sup> sobre as ruínas da Igreja de São Francisco de Assis do Outeiro da Glória, localizada a aproximadamente 400 metros da cidade alta, indicam que sua construção foi realizada antes mesmo do início do processo de colonização do Brasil, com as capitânicas hereditárias. Aires de Casal comenta sobre a existência de uma antiga feitoria instalada por Cristóvão Jacques no terreno onde posteriormente foi fundada a cidade alta, deduzindo que a nova urbe, instalada pelo primeiro donatário, mais parecia um aumento daquele primeiro assentamento. O donatário teria encontrado muitos portugueses, tendo alguns deles mais de trinta anos ali, “com vários mamelucos em boa paz, e harmonia com os indígenas” (CASAL, 1817, p. 215).

Em 1534, se iniciou o processo de construção dos primeiros edifícios da cidade alta: o colégio dos jesuítas, a igreja da Matriz e a igreja da Misericórdia, constituindo o primeiro risco morfológico de que temos notícia. Esta organização primitiva corresponde à primeira fase de implantação urbana, baseada na vernaculidade. Com a reforma empreendida por Machado Monteiro, houve uma modificação estrutural do ambiente que, mesmo mantendo alguns edifícios em seus locais originais, como o Colégio e a Misericórdia, se sobrepôs, em grande parte, à estrutura primária que ali existia. Nossa hipótese é a de que essa primitiva disposição do núcleo urbano teria sido modificada e submergida pelas reformas do século XVIII. Grande parte do que vemos hoje teria sido construída sobre uma “cidade enterrada”.

Há, portanto, uma trajetória de organização espacial da cidade alta que durante quase três séculos seguiu uma evolução típica das cidades coloniais da primeira fase da urbanização, com traçados inteiramente irregulares, traçados de relativa regularidade, e traçados que inicialmente foram irregulares, sendo depois refeitos para adquirirem perfeita regularidade (SANTOS, 2008, p. 60-1). A culminância desse processo ocorreu na reforma do ouvidor Monteiro, na segunda metade do século XVIII.

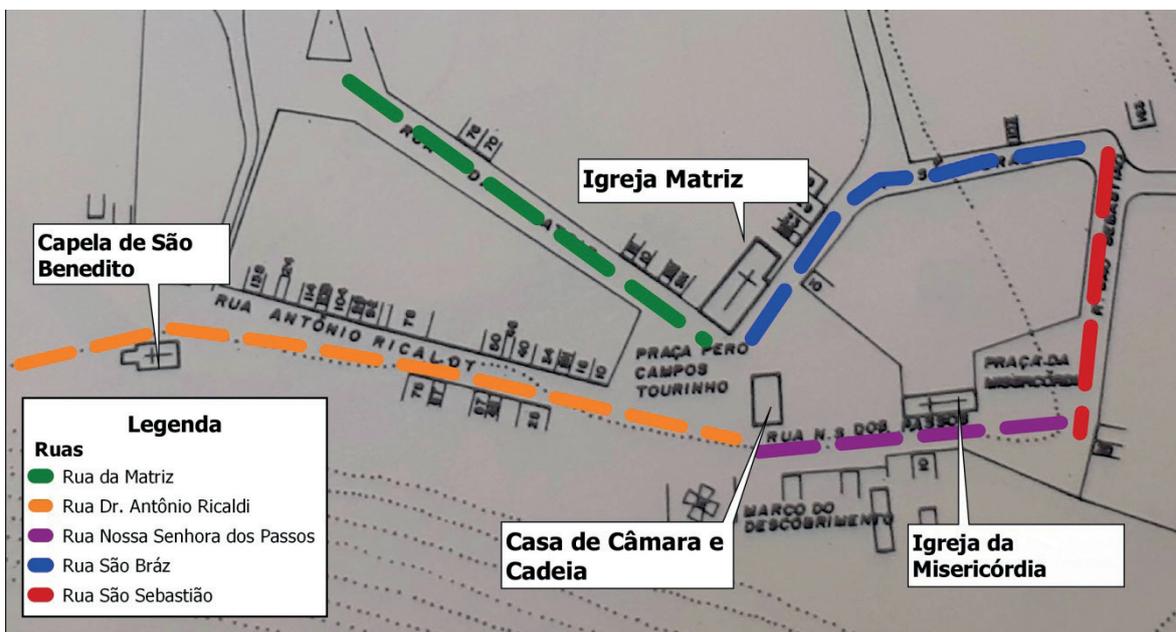
4 Ver em: NASCIMENTO, Luiz Augusto Viva do. *A Primeira Igreja do Brasil: Arqueologia e Estratégia de Preservação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - UFBA, 2004.



A política urbanizadora realizada por Monteiro privilegiou a abertura das ruas principais, a construção e/ou a reedificação dos edifícios institucionais e um novo ordenamento da tessitura urbana, como podemos auferir nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. O resultado dessa reforma se preservou no tempo, o que nos permite analisar a morfologia daquele sítio urbano *in loco*, lançando mão também das plantas presentes no catálogo do IPAC-BA, de 1988, além de fotografias antigas, do acervo do IPHAN, e atuais, produzidas pelos autores.

Nas povoações mais antigas, como é o caso de Porto Seguro, os arruamentos exerciam principalmente as funções de meios de ligação entre os edifícios notáveis e as praças, que se sobrepunham às linhas naturais do território, tornando-se as principais ruas das cidades (Reis Filho, 1968, p. 130). O ouvidor Machado Monteiro, em 1770, informava que “alinhou” duas novas ruas dentro da zona central do núcleo, “onde eram mais continuadas as ruínas”. Com base nesse relato, podemos supor que a primeira rua a ser aberta ligava todos os edifícios notáveis – igreja e residências dos jesuítas, praça do pelourinho e da matriz e Santa Casa de Misericórdia - e seguia a topografia do morro até a cidade baixa. Acompanhava, no seu traçado, a linha de cumeeada, ficando perpendicular à linha do litoral, onde se situava a zona portuária. A referência à existência de ruínas sugere a longevidade da mesma, aberta ainda no século XVI, talvez uma antiga “Rua Direita”. No sítio urbano atual, são nomeadas duas ruas que perfazem um traçado contínuo: a Antônio Ricaldi e a Nossa Senhora dos Passos, identificadas na Figura 2 com as cores laranja e roxo. Seguramente, essas duas ruas são o resultado daquele esforço de alinhamento do ouvidor Monteiro, que transformou a provável Rua Direita, orgânica e curvilínea, acompanhando a sinuosidade da cumeeada, em duas ruas retilíneas, com uma leve angulação a partir da praça central.

Dois anos depois, Machado Monteiro informava que havia orientado a abertura de mais três ruas além das que já existiam, as quais faziam a ligação entre os edifícios principais e uma praça central, local em que essas novas ruas convergiam. Essas ruas são nomeadas atualmente de rua da Matriz, rua São Braz e rua São Sebastião, as quais são identificadas na Figura 2, respectivamente nas marcações em cores verde, azul e vermelho.

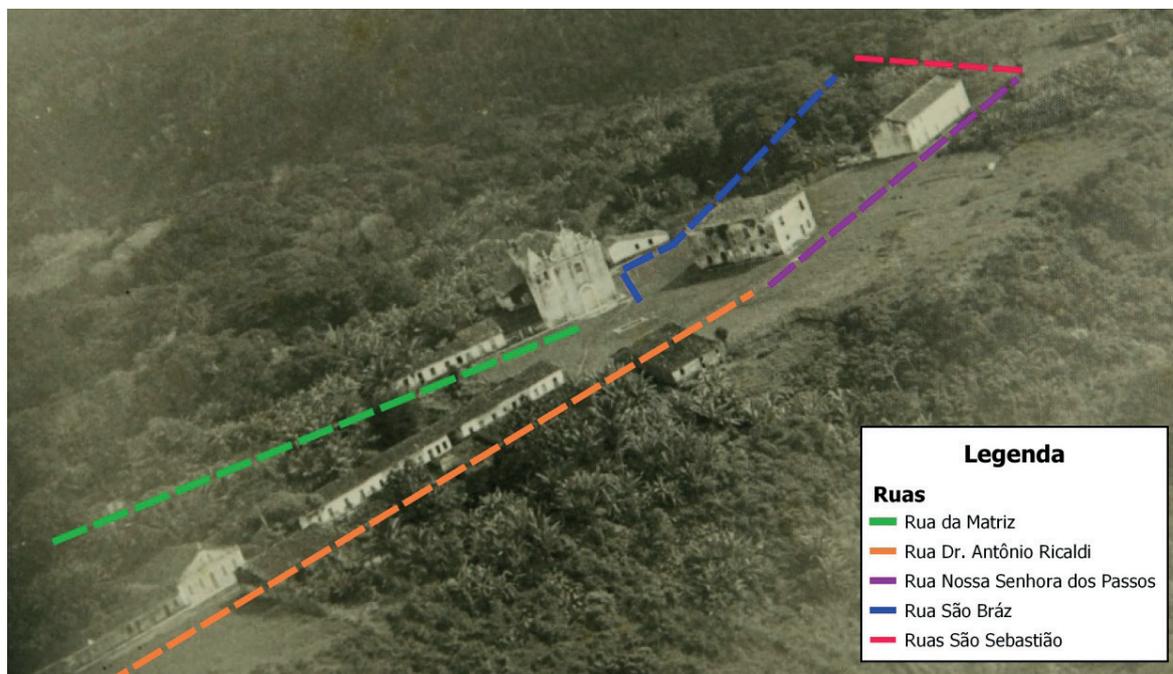


**Figura 2:** Planta da cidade alta de Porto Seguro

Fonte: Catálogo IPAC-BA (1988, p. 338).

Nota: adaptado pelos autores.

Na imagem da Figura 3 podemos visualizar o traçado em questão em uma fotografia aérea de 1959, quando o sítio histórico ainda se mantinha pouco alterado. A primeira rua se inicia no ângulo inferior esquerdo da foto, onde se localiza o largo da casa dos jesuítas, e segue até a praça central, na qual estão situadas a matriz e a casa de câmara e cadeia. Acompanhando a disposição espacial desse último edifício, a segunda rua segue pelo largo da Misericórdia, se alinhando com a parede da igreja homônima, o que se revela no plano superior direito da imagem. A igreja matriz, por sua vez, se encarrega de alinhar a rua da Matriz e a de São Bráz, tendo a mesma praça como epicentro.



**Figura 3:** Vista aérea da Cidade Alta

Fonte: Conjunto Arquitetônico e paisagístico do município de Porto Seguro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Autor: Jair Brandão, 1959. Retirada do site: [acervodigital.iphan.gov.br](http://acervodigital.iphan.gov.br) em 31/07/2020, adaptado pelos autores.

Merece destaque o papel das praças na organização daquele modelo urbano, podendo assumir uma multiplicidade de funções, como as de centro político e administrativo, mas também de local de feiras e mercados ou, ainda, de espaços para algumas formas de recreação e reuniões religiosas e cívicas. Nos traçados urbanos setecentistas, geralmente se construíam duas praças: uma associada ao poder político e outra ao poder religioso (REIS FILHO, 1968, P. 133; TEIXEIRA, 2012, p. 100). Em Porto Seguro, uma única praça centralizava ambas as funções, abrigando a matriz e a casa de câmara e cadeia.

É interessante observar que essa composição morfológica das ruas coligadas aos edifícios expressa uma tendência iluminista do século XVIII, baseada na ideia de que a produção de uma nova lógica de ordenamento urbano convergia com a necessidade de transformar o espaço em um mecanismo de poder e disputa. Anteriormente à reforma empreendida por Machado Monteiro, aquele terreno provavelmente dispunha apenas da rua de cumeada, que acomodaria dois templos religiosos em suas extremidades (a capela de São Benedito e a igreja da Misericórdia), os quais se abriam para extensos largos. No centro, situava-se a igreja matriz, símbolo de maior poder. No século XVIII, a Igreja já não representava mais a instituição base detentora do poder, mas sim o Estado. O anúncio dessa nova dinâmica se dá justamente com a construção da casa de câmara e cadeia na gestão do segundo ouvidor, o qual a edifica – não por

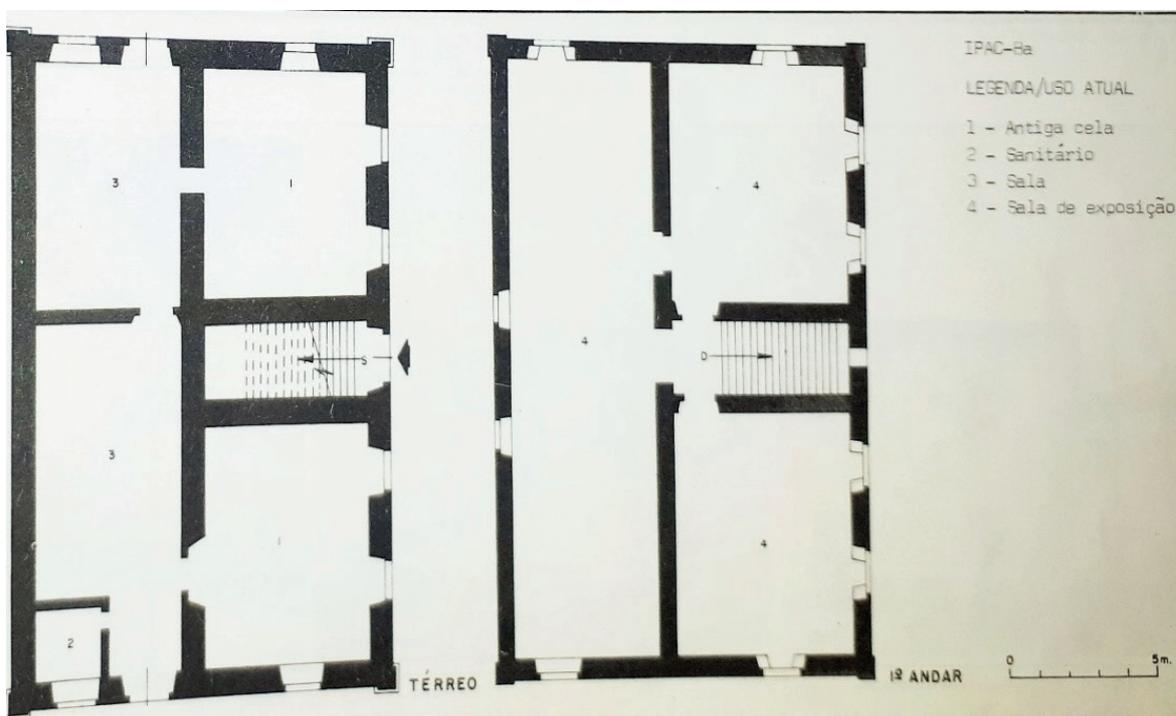
acaso - no centro, onde se convergiam as faces das três igrejas, demonstrando a representação máxima do poder e da autoridade. Dessa forma, as ruas que se abrem são também aliadas a esse plano, tendo em vista o encontro de todas na praça principal. A estruturação morfológica do núcleo como um todo, apesar de parecer à primeira vista pouco planejada, é embebida de racionalidade e regularidade, imprimindo no território um papel estruturante e gerador dessa nova lógica urbana.

## OS EDIFÍCIOS INSTITUCIONAIS

Assim como houve uma nova ordenação urbana, ocorreram também reformas e novas edificações dos edifícios institucionais que se encontravam, em alguns casos, em total ruína. De acordo com as cartas em que o ouvidor informava ao rei os progressos na capitania, a primeira obra a ser iniciada foi a da casa de câmara e cadeia, em 1771. Não conhecemos informações de que este edifício tenha sido construído anteriormente, portanto concluímos que esta é uma obra nova. No ano seguinte, o ouvidor relatou a conclusão da obra e a descreveu da seguinte forma:

Toda de pedra e cal, forte e suntuosa com 16 janelas formosas, 4 portas exteriores e de cunhaes e cimalthas e armas reais sobre o pórtico principal, e com 5 cárceres, 2 salas de câmara, uma das audiências e casas de carcereiro e de açougue, umas nos altos e outras nos baixos<sup>5</sup>.

A estrutura atual apresenta algumas modificações, sendo agora composta por três portas e 18 janelas externas; no interior, se manteve a estrutura de dois pavimentos e a localização de algumas salas, como duas antigas celas no térreo e as duas salas de câmara e uma de audiência no primeiro andar, como podemos visualizar na planta a seguir.



**Figura 4:** Planta interna da antiga Casa de Câmara e Cadeia

Fonte: IPAC-BA, 1988, p. 361

5 AHU, Cx. 46, D. 8552-8553. Porto Seguro, 2 de abril de 1772.

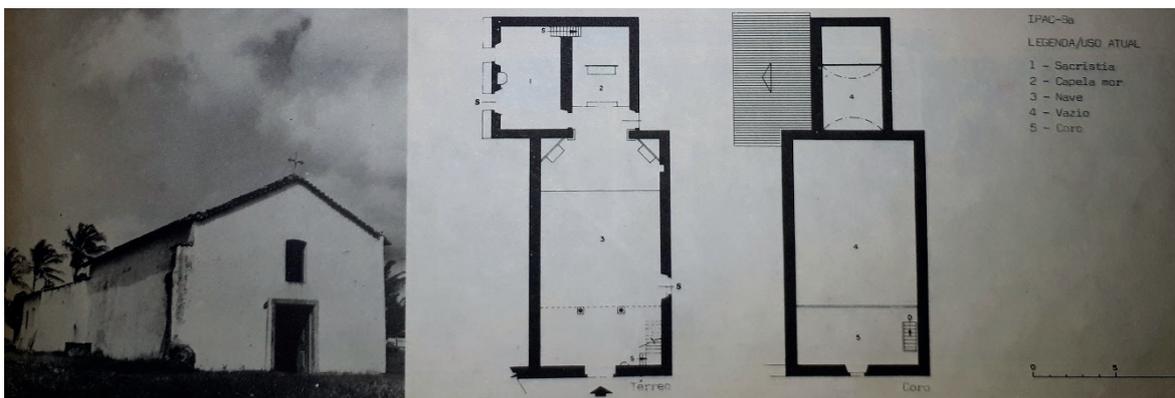




**Figura 5:** Antiga Casa de Câmara e Cadeia

Fonte: Paço Municipal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 1982. Retirado do site: [acervodigital.iphan.gov.br](http://acervodigital.iphan.gov.br) em 31/07/2020.

Nesse mesmo ano de 1772, o ouvidor informou que fez reformas no colégio dos jesuítas, onde habitava, reparando algumas ruínas e realizando os rebocos necessários. Esta é a única informação que Machado Monteiro nos fornece acerca do estado do antigo colégio que, de acordo com o catálogo do IPAC, em 1820 se encontrava em ruínas, vindo a ser demolido em 1917 (ainda se preservam as ruínas das estruturas, ao lado da igreja). A igreja anexa à residência dos jesuítas permanece preservada em seu local de origem, batizada de igreja de São Benedito, atual padroeiro. Ao ser inventariado pelo IPAC, este edifício, denominado “Capela do Colégio do Salvador”, é descrito como um “edifício de relevante interesse arquitetônico”, apresentando um modelo de planta em “T” incompleta, que foi fortemente difundida durante os dois primeiros séculos de colonização, além de sua fachada principal, do tipo empena, que conserva o modelo das construções do primeiro período da colônia.



**Figura 6:** Imagem e planta da igreja de São Benedito

Fonte: Catálogo do IPAC-BA (1988, p. 361).

Também no ano de 1772, o ouvidor informava que estava aprontando o necessário para a reedificação da igreja Matriz. Essa teria sido construída próximo ao local das ruínas da primitiva matriz, arruinada por volta de 1691. De acordo com o citado catálogo do IPAC, a igreja, que teve sua construção iniciada em 1730, começou a arruinar-se antes mesmo de ser concluída, tendo suas obras retomadas, com um novo projeto, em 1773. Em 1775, Monteiro relatava que o corpo da igreja já continha paredes e que se iniciava a cobri-la de madeira, mas a capela-mor permanecia apenas nos alicerces. Em 1777, a obra foi concluída, sendo descrita pelo ouvidor enquanto um edifício todo de pedra e cal no “padrão moderno”. O decoro da nova matriz se expressava nas suas janelas envidraçada e sua suntuosidade não cederia às melhores igrejas da Bahia se já tivesse altares, tribunas, retábulos e pinturas. No entanto, para essas obras não havia dinheiro, lamentava o ouvidor.<sup>6</sup>

Segundo informações contidas no catálogo do IPAC (1988), o edifício conserva da primitiva matriz a torre, com o arco que lhe dá acesso internamente, o arco cruzeiro e, provavelmente, a porta, que sofreu modificações para se ajustar ao novo risco de Monteiro. Julga-se serem também contemporâneas da primitiva igreja as colunas e as grades do coro, além dos altares com arquivoltas, também modificadas. Se mantém, ainda, o antigo púlpito em madeira dos séculos XVIII e XIX, provavelmente construído após a gestão do ouvidor Machado Monteiro, além da imagem de São Francisco de Assis, do século XVI, que teria pertencido à Igreja da Glória, a mais antiga do país.



**Figura 7:** Igreja da Matriz reedificada na gestão do ouvidor Machado Monteiro

Fonte: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Pena, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).  
Autor: Jair Brandão, 1959. Retirado do site: [acervodigital.iphan.gov.br](http://acervodigital.iphan.gov.br) em 31/07/2020.

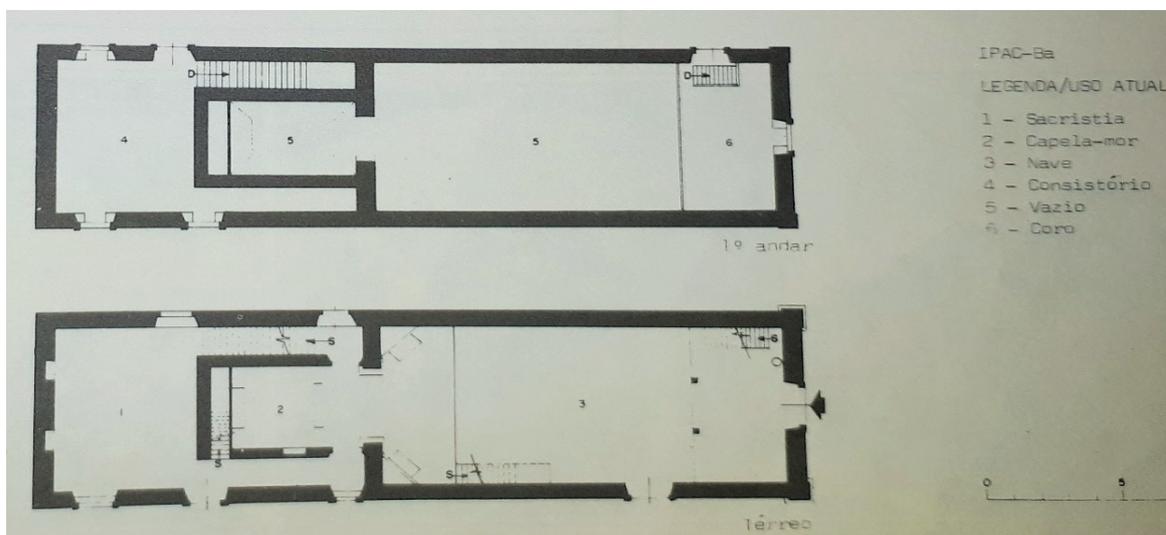
A obra da igreja da Misericórdia, por sua vez, foi iniciada em 1773, sendo que não se tem a data da conclusão. Em 1776, o ouvidor relatava que buscava meios de reedificá-la de pedra e cal, pois caíra há um ano e meio por ser de terra.<sup>7</sup> De acordo com o catálogo do IPAC, da primitiva capela quinhentista se mantém o púlpito e a imagem do Cristo Crucificado em tamanho real. A igreja atual,

6 AHU, Cx. 51, D. 9992-9994. Porto Seguro, 27 de julho de 1777.

7 Anais da Biblioteca Nacional, doc. 9147, v. 32, p. 324.



apesar de construída no mesmo local da antiga capela, é posterior a 1776. No catálogo não constam modificações estruturais da igreja ao passar dos anos, o que nos permite concluir que a estrutura permanece igual à reedificada pelo ouvidor, contendo dois pavimentos: o térreo, que abarcava a sacristia, a capela-mor e a nave, e, no primeiro andar, o consistório e o coro.



**Figura 8:** Planta da Igreja da Misericórdia

Fonte: IPAC-BA (1988, p. 355).



**Figura 9:** Igreja da Misericórdia

Fonte: Igreja da Misericórdia, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Autor: Nadir Gomes Franco Lima, 1979. Retirado do site: [acervodigital.iphan.gov.br](http://acervodigital.iphan.gov.br) em 31/07/2020.

Além da realização das reformas e reedificações dos edifícios da vila sede no período de quase uma década, em seu último ano de gestão, Machado Monteiro determinou um verdadeiro modelo de construção das residências, visando manter o padrão e o alinhamento das vias, e edificar a lógica de convivência entre famílias individuais. Segue abaixo as principais orientações do modelo instituído pelo ouvidor:

A respeito de casas e como se deviam erigir. Convém muito o viverem em famílias, separadas e que todos façam casas dentro e não fora dos arruamentos das vilas e aldeias, em que residirem e que não sejam como choupanas cobertas de palha, que logo se arruinam, mas sim de telha, nem armadas por eles que também são pouco duráveis, mas por oficiais de carpintaria fabricadas, por não haver pedra, de madeira ao melhor uso do país na forma seguinte:

Tenham quando menos de frente 42 palmos e 30 de fundo para se repartirem em 1 sala e 3 câmaras ou quartos, um da parte da rua junto à sala e 2 da banda do quintal; e de altura nem menos de 14, nem mais de 15 desde o pavimento e o nível em que houver de ficar a rua até o telhado; uma só porta para a rua, esta com 5 de largo e 10 de alto, outra para o quintal e as mais por dentro necessárias, todas de 4 1/2 de largo e 9 de alto e 3 janelas, 2 para a rua de 4 1/2 de largo e 7 de alto e uma para o quintal que pode ser mais pequena. Os fogões para a cozinha se façam nos quintais ao pé das casas, mas fora do perigo de as incendiarem.

[...] É conveniente umas corram os telhados por igual com os das outras, aonde o terreno o permitir e que todas se armem logo de modo que possam admitir ponto de telha, quando a houver, e no entanto para lhes não apodrecerem as madeiras, se vão sem demora cobrindo de palha<sup>8</sup>.

Estes elementos métricos descritos por Monteiro remetem às características urbanas manuelinas do século XVI, que se consolidariam no Brasil no século XVIII. Essa preocupação em definir um caráter formal às habitações, tinha em grande medida, a finalidade em garantir à vila uma aparência portuguesa. Dessa forma, tal tipologia de construção, fundamentada em um modelo de métricas proporcionais, definiria uma arquitetura serial ou de programa que casariam perfeitamente com os preceitos urbanísticos de Pombal, elevando a estética a partir da ordem e da racionalização. Além disso, a construção das casas de modo uniforme e retilíneo representavam uma marca do comportamento e do estilo de vida europeu, o que serviria enquanto um componente estratégico de “europeização” dos índios, pois, dessa forma, os europeus forneceriam padrões de comportamento, enquanto os índios, no seu entender, teriam o privilégio de observar e aprender, imitando-os (CARITA e CARITA, 2000, p. 186; DELSON, 1979, p. 67, 86, TEIXEIRA, 2000, p. 24).

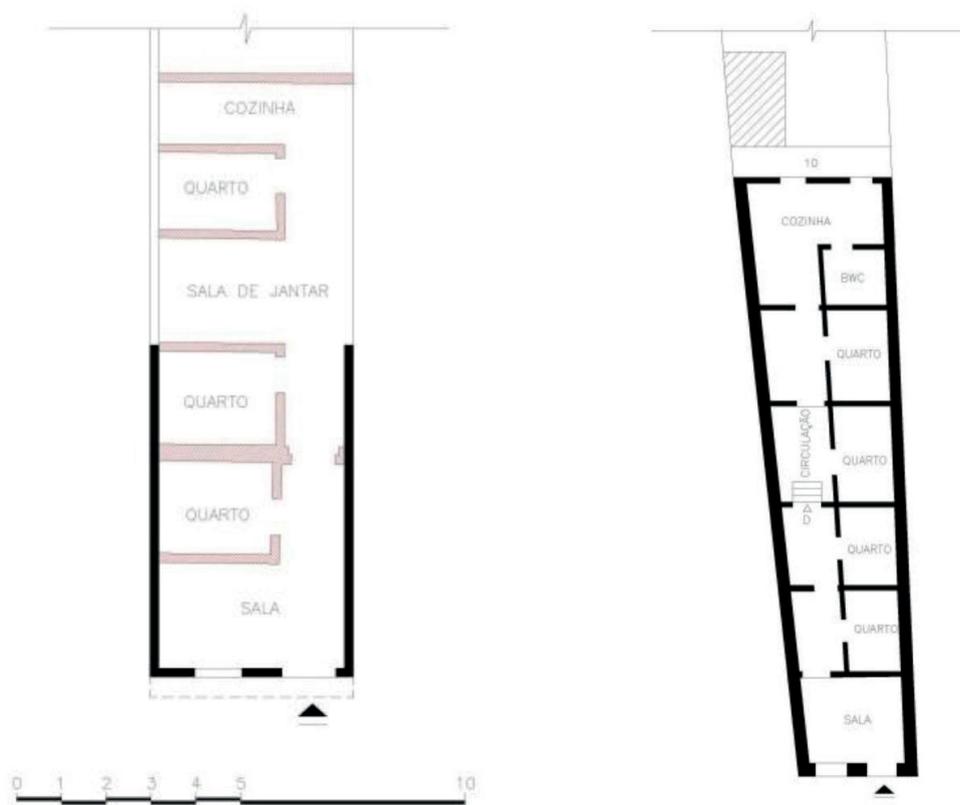
Além dessas estratégias vinculando a urbanização à “civilização”, a produção dos conjuntos urbanos viria também a atender uma necessidade funcional que o urbanismo manuelino impunha. As residências, construídas de forma serial, deveriam apresentar baixa estatura, o que garantiria aos sítios melhor arejamento e maior exposição ao sol. Estas determinações proporcionariam uma morfologia mais agradável e compactuariam com os valores de época moderna de salubridade e bem público (CARITA e CARITA, 2000, p. 186). Na vila de Porto Seguro, assim como observamos a permanência de características medievais e modernas na formação de sua tessitura urbana, de igual modo a arquitetura demonstra referência de ambas mentalidades. Se, de um lado, se estabelece a arquitetura de programa, de outro, os lotes medievais estreitos e compridos permanecem, como podemos observar nas plantas abaixo de algumas das casas localizadas na rua Antônio Ricaldi, que mantém a estrutura proposta pelo ouvidor Monteiro.

8 AHU, Cx. 51, D. 9992-9994. Porto Seguro, 27 de julho de 1777.





**Figura 10:** Planta das casas 45 e 65  
 Fonte: Ramalho (2013, p. 67).



**Figura 11:** Planta das casas 114 e 92  
 Fonte: Ramalho (2013, p. 68).

Apesar de possuírem algumas modificações internas por consequência do passar dos anos, como o número de cômodos, a construção de banheiros e as fachadas que foram reduzidas a apenas uma porta e uma janela, é possível ainda observar o padrão que foi estabelecido a partir do modelo proposto pelo ouvidor, onde as salas se encontram sempre na frente, os quartos no meio e as cozinhas no fundo, coladas com o quintal, além da manutenção das plantas retangulares.

Assim como a morfologia das vias que se originaram de forma vernácula, as primeiras moradias com a lógica de organização de origem portuguesa também tiveram essa gênese, sendo construídas sobre o alinhamento dos terrenos, as quais se encontravam umas às outras formando uma superfície contínua sobre as ruas. Esse padrão permitiu melhorias no alinhamento da velha rua “direita” e foi impositivo na disposição das residências nas novas ruas abertas na reforma do ouvidor Machado Monteiro. Podemos observar esse modelo que também permaneceu ao longo do tempo na figura abaixo, a qual permite visualizar de forma panorâmica uma tomada de casas da primeira metade da rua Dr. Antônio Ricaldi.



**Figura 12:** Tomada de casas da rua Dr. Antônio Ricaldi  
Fonte: Google maps (2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante observar o importante papel que o ouvidor Machado Monteiro exerceu no processo de enraizamento da política de colonização na comarca de Porto Seguro, injetando e atribuindo novos paradigmas sociais e culturais àquela sociedade, através de uma nova organização territorial que objetivava modificar as relações de convivência entre a população. Para isso, se orientou pelos modelos de organização urbana e padrões arquitetônicos que vinham sendo aprimorados no reino e nas colônias portuguesas desde o século XVI e que no contexto do pombalismo impunham a geometrização, o alinhamento, a arquitetura de série e outros elementos planificadores da paisagem urbana.

Hoje ainda podemos constatar que as marcas daquela cultura urbanística de matriz lusa estão presentes na paisagem urbana de Porto Seguro e nas demais cidades originadas naquele contexto, a exemplo de Prado, Belmonte, Nova Viçosa, Porto Alegre e Alcobaça. No centro histórico de Porto Seguro, mais especificamente, a começar pelos edifícios principais, passando pelo arruamento e chegando ao modelo arquitetônico das residências, o “DNA” daquele contexto colonial permanece vivo na malha urbana que ainda hoje tece a cidade alta.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTAIS

CARTA de doação da Capitania de Porto Seguro. ANTT, Chancelaria de d. João III, Livro 7, f. 103. Évora, 27 de maio de 1534.

CARTA do desembargador Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro (para Martinho de Mello e Castro), na qual lhe agradece a nomeação de seu irmão Francisco Machado para o lugar de provedor da Comarca de Aveiro e lhe dá novas informações, relativas à Capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, 1 de julho de 1776. *Anais da biblioteca nacional*, doc. 9147, v. 32, p. 324.

CARTA do Ouvidor da Comarca de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata os acontecimentos e progressos da sua Capitania no anno anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1770. *AHU*, Cx. 44, D. 8215-8216

CARTA do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata os progressos daquela capitania durante o anno anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1771. *AHU*, Cx. 45, D. 8446.

CARTA do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata os progressos realizados na sua Capitania. Porto Seguro, 2 de abril de 1772. *AHU*, Cx. 46, D. 8552-8553.

CARTA do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, na qual relata diversos factos para demonstrar o progressivo desenvolvimento d'aquella Capitania no ultimo anno. Porto Seguro, abril de 1773. *AHU*, Cx. 46, D. 8581.

CARTA do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, na qual relata diversos factos para demonstrar o progressivo desenvolvimento d'aquella Capitania no ultimo anno. Porto Seguro, abril de 1775. *AHU*, D. 8787.

INSTRUÇÃO para o ministro que vai criar a Nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro. Palácio d'Ajuda, 30 de abril de 1763. *AHU\_ACL\_CU\_ORDENS E AVISOS PARA A BAHIA*, Cod. 603, p. 198, 204.

RELAÇÃO individual do que o Ouvidor da Capitania de Porto Seguro (José Xavier Machado Monteiro), n'ella tem operao nos 10 para 11 annos, que tem decorrido desde o dia 3 de maio de 1767 até o fim de julho de 1777". Porto Seguro, 27 de julho de 1777. *AHU*, Cx. 51, D. 9992-9994.

RELAÇÃO sobre vilas e Rios da Capitania de Porto Seguro, pelo Ouvidor Thomé Couceiro de Abreu. Porto Seguro, 8 de janeiro de 1764. *AHU*, Cx. 34, D. 6429-6430.

### BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLI, Ignacio; AMARAL, Braz do. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. v. 1. Salvador: Imprensa Oficial, 1919.

CARITA, R.; CARITA, H. "Modelos, Instituições e Personagens: A urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI". *Revista Oceanos*, n. 41, jan-mar, 2000 p. 174-190.

CANCELA, Francisco. *De Projeto à Processo Colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro*. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em História - UFBA, 2012.

CANCELA, Francisco. "Recepção e Tradução do Diretório dos Índios da Antiga Capitania de Porto Seguro: uma análise das instruções para o governo dos índios". *Revista de História Social da UNICAMP*, n. 25, 2013.

CANCELA, Francisco (org); SILVIA, Tharles Souza; SANTOS, Uiá Freire Dias dos. *História da*



- Capitania de Porto Seguro*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro, 1817, p. 215.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, C1979.
- ETCHERVARNE, Carlos; PIMENTEL, Rita (orgs.). *Patrimônio Arqueológico da Bahia*. Salvador: SEI, 2011.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. v. 100. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.
- IPHAC-BA. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Monumentos e sítios do litoral sul, vol. 5. Salvador: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1988.
- LINDLEY, Tomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- NASCIMENTO, Luiz augusto Viva do. *A Primeira Igreja do Brasil: arqueologia e estratégia de preservação*. Dissertação de mestrado, UFBA, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- RAMALHO, Lucemar Franco. *A Casa de Porto Seguro: estudo da morfologia da casa portuguesa no Brasil*. Dissertação de mestrado, UFES, 2014.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500/1720)*. São Paulo, Editora EDUSP, 1968.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo, Editora perspectiva, 2000.
- ROSSA, Walter. *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.
- SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010.
- SMITH, Robert C. *Arquitetura Colonial Baiana: alguns aspectos de sua história*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SHURMANN, Betina. “Urbanização Colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos”. *Textos de História*, vol 7, nº 1-2, 1999.
- TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo, Editora UNESP, 2012.
- TEIXEIRA, Manuel C. “O Patrimônio Urbano dos Países de Língua Portuguesa: raízes e manifestações de um patrimônio comum”. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Ouro Preto, MG, 2009.
- VILHENA, L. dos S. *A Bahia do século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edsom Carneiro. Bahia, Ed. Itapuã, 1969, vol 2.
- WIED MAXIMILLIAN, Prinz Von. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

